



Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Lei n.º 39/V/97, de 17 de Novembro

Atribui benefícios fiscais às empresas que participam na Bolsa de Valores.

B.O n.º 44 - I Série

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta nos termos da alínea *b*) do artigo 186º, da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 187º e da alínea *i*) do artigo 188º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

(Donativos das empresas a actividade da Bolsa)

1. São considerados como custos do exercício a que respeita, para efeitos de IUR, os donativos das empresas e outras instituições à Bolsa de Valores, por um período de três anos a partir da data da sua entrada em funcionamento efectivo.

2. Para efeitos da presente lei, entende-se por início do funcionamento efectivo da Bolsa de Valores, a data da realização da primeira sessão normal de Bolsa.

Artigo 2º

(Obrigações cotadas em bolsa)

As obrigações, que não sejam de dívida pública, que venham a ser admitidas a cotação na Bolsa de Valores, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efectivo, beneficiam de redução de 20% do respectivo rendimento para efeitos de IUR.

Artigo 3º

(Acções cotadas em bolsa)

Os dividendos das acções cotadas em bolsa, no ano a que aqueles respeitam, contam apenas por 80% do seu quantitativo para efeitos de IUR.

Artigo 4º

(Benefícios aos operadores de Bolsa)

As entidades que, nos termos legais, venham a exercer a actividade de intermediário financeira em valores mobiliários na Bolsa de Valores, estão isentas de tributação em sede de IUR, durante três anos, relativamente aos lucros auferidos no exercício dessa actividade.



Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 5º

(Benefícios aos Emitentes)

As sociedades comerciais cotadas em bolsa beneficiam de redução de 15% do respectivo rendimento para efeitos de IUR, durante três anos, a partir da data de admissão à cotação.

Artigo 6º

(Benefícios aos Investidores)

As entidades que adquiram valores mobiliários em sociedades comerciais cotadas em bolsa beneficiam, no âmbito do IUR, de dedução à matéria colectável do valor das aquisições deduzido das alienações, por um período de três anos, a contar do início do funcionamento efectivo da Bolsa de Valores, uma vez feita prova da titularidade dos valores em causa, nos termos a regulamentar.

Artigo 7º

(Vigência)

A data de entrada em vigor da presente lei coincide com a do diploma legal que cria a Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Aprovada em 29 de Outubro de 1997.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca*.

Promulgada em 7 de Novembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da Republica, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO

Assinada em 10 de Novembro de 1997

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca*.